

COMISSÃO MISTA DE ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS

(Constituída nos termos do art. 2º, do Decreto Legislativo nº 6, de 2020)

8º Boletim de Acompanhamento

31 de julho de 2020

Nesta semana será divulgado o oitavo boletim semanal da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada à Covid-19. Esse documento tem o objetivo de atualizar os membros do Congresso Nacional sobre os principais acontecimentos com relação à pandemia e com relação à atuação da comissão.

Das Audiências

No dia 30 de julho, foi realizada audiência pública com o Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia, o Sr. Waldery Rodrigues Júnior, para atualizar a Comissão Mista sobre as ações fiscais e de execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao enfrentamento da Covid-19. Além dele, participaram os Senhores Gustavo Guimarães, Secretário-Adjunto da Fazenda; e George Soares, Secretário de Orçamento Federal.

As principais contribuições do Sr. Waldery Rodrigues foram:

- O Governo vem trabalhando em medidas que fiquem restritas a 2020 e que não cheguem a 2021;
- Cerca de 27 estados e 5.570 municípios receberam o apoio da União no programa do auxílio emergencial federativo;
- O Benefício Emergencial da Manutenção do Emprego e da Renda teve um impacto de R\$ 51,6 bilhões;
- O número de informais teve uma pequena queda de 38 milhões de pessoas para 36,8 milhões de pessoas. Além disso, 95% dos beneficiários do Bolsa Família migraram para o auxílio emergencial;
- Em termos totais, as medidas têm impacto total da ordem de R\$ 3,762 trilhões, sendo que R\$ 2,988 estão relacionadas à provisão de crédito como de capital regulatório;
- O Conselho Monetário Nacional teve 15 ou 16 reuniões extraordinárias de 20 de março até 30 de julho para tratar da oferta de crédito ao setor privado;
- Com relação ao suporte aos entes subnacionais, R\$ 800 milhões se referem à suspensão de dívidas previdenciárias que poderá chegar a R\$ 1 bilhão em 2020;
- Houve também uma transferência de R\$ 60,2 bilhões como auxílio financeiro, além de R\$ 16 bilhões como complementação do FPE e FPM;
- Outro item relevante é a transferência de R\$ 4,9 bilhões da União pelo Fundo Nacional de Saúde, além de outros recursos para o SUAS, Setor Cultural, dentre outros;

- Há R\$ 35,3 bilhões em suspensão de dívidas dos Estados e Municípios com a União que também trazem alívio para o caixa dos entes;
- Houve a transferência de R\$11,8 bilhões para Estados e Municípios a título de cessão onerosa, além da suspensão de R\$ 14 bilhões em dívidas com BNDES (R\$ 5 bilhões) e Caixa (9 bilhões), além de R\$ 10,7 bilhões com agências multilaterais e organismos internacionais;
- No entendimento do Ministério da Economia, as medidas de apoio aos Estados e Municípios tiveram um impacto de R\$ 120,21 bilhões;
- Do lado da consolidação fiscal, cerca de R\$ 98,93 bilhões se referem à economia que os entes terão por não poderem aumentar salários até 2022;
- O Ministério da Economia estima uma queda de 4,7% do PIB para 2020 e um déficit primário adicional de 7,3% do PIB;
- O déficit estimado do Setor Público Consolidado para 2020 é de R\$ 812,2 bilhões ou 11,3% do PIB;
- A dívida bruta poderá chegar a 94,7% do PIB ao final de 2020. Já a dívida líquida deve ir para 67,2% do PIB;
- O país precisa dar continuidade à agenda de reformas como a Reforma Tributária, o novo marco legal do trabalho, a discussão do pacto federativo, o fast track das privatizações e concessões, os marcos legais de infraestrutura (petróleo, gás, ferrovias, cabotagem), lei de falências e recuperação judicial (cujo impacto é de R\$ 280 bilhões) e a autonomia do Banco Central;
- A estimativa de desemprego para o quarto trimestre (mercado) é de 14% da força de trabalho;
- O teto dos gastos é uma âncora fiscal importantíssima para manter a credibilidade da política fiscal.

As principais contribuições do Sr. Gustavo Guimarães foram:

- De um total de medidas direcionadas para o enfrentamento à Covid-19 que terão impacto primário de R\$ 526 bilhões em 2020, R\$ 505,4 bilhões serão despesas primárias e cerca de R\$ 20 bilhões medidas do lado da receita;
- Do lado da despesa, chama atenção o Auxílio Emergencial cujo impacto foi de R\$ 254 bilhões, o Auxílio Financeiro Federativo com impacto de aproximadamente R\$ 60 bilhões (dos quais R\$ 30,1 bilhões já foram transferidos), o PESE com impacto de R\$ 34 bilhões, dentre outros;
- Do lado da receita, a redução do IOF de crédito teve impacto de R\$ 14 bilhões, mas se justifica para fomentar o crédito. A redução das alíquotas de importação de bens de uso médico-hospitalar tem impacto de R\$ 3,2 bilhões.

1. Sub-Relatoria do Ministério da Saúde

1.1 Dados Consolidados pelo Ministério da Saúde:

Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>

Síntese de casos, óbitos, incidência e mortalidade

Pesquise uma localidade

Brasil

	Casos	Óbitos	Incidência/100mil hab.	Mortalidade/100mil hab	Atualização
✓ Brasil	2.483.191	88.539	1181,6	42,1	28/07 19:15
> Centro-Oeste	230.351	4.861	1413,5	29,8	28/07 19:15
> Sudeste	843.402	39.723	954,4	45,0	28/07 19:15
> Norte	393.148	11.686	2133,1	63,4	28/07 19:15
> Sul	205.510	4.383	685,6	14,6	28/07 19:15
> Nordeste	810.780	27.886	1420,6	48,9	28/07 19:15

1.2. Informações Divulgadas pela Imprensa:

Progressão até 28 de julho

No total, 8 estados e o Distrito Federal apresentaram alta de mortes: RS, SC, MG, DF, GO, MS, RO, RR e TO.

Em relação aos dados de segunda (27), **SC, AP e PA entraram em estabilidade.**

- **Subindo:** RS, SC, MG, DF, GO, MS, RO, RR e TO.
- **Em estabilidade, ou seja, o número de mortes não caiu nem subiu significativamente:** PR, ES, RJ, AP, BA, PB, PI e SE.
- **Em queda:** MT, AC, AM, AL, CE, MA, PE e RN.
- Os estados de **São Paulo** e do **Pará** não divulgaram os dados até as 20h. Considerando os dados até 20h de segunda (27), SP estava em estabilidade (2%) e o PA estava subindo (18%)

1.2.1. Uso de máscara:

O Ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal, decidiu em 27 de julho de 2020 submeter ao plenário do STF a ação que questiona o Veto n.º 25/2020 ao uso obrigatório de máscaras em templos, comércio, escolas e indústrias¹. O PL 1562/2020 que previa o uso obrigatório em todos os locais públicos foi aprovado pelo Congresso em junho. Ao sancionar a Lei nº 14.019/2020, o Executivo vetou 17 trechos da proposta. Partidos de oposição acionaram o STF sob o argumento de que o veto vai contra o direito à saúde, uma vez que o uso da máscara ajuda a prevenir a disseminação do coronavírus.

1.2.2. Casos no mundo:

Segundo a Universidade Johns Hopkins² o mundo registrou novo recorde de casos de coronavírus em 24 horas. Ao todo foram 191.700 novos casos de Covid-19 no mundo no dia 26 de julho de 2020. Estados Unidos e Brasil são os dois países com maiores números de contaminações. Em 29 de julho de 2020, o Brasil ultrapassou 90 mil mortes pela COVID-19³.

1.2.3. Covid-19 entre indígenas:

Segundo o Ministério da Saúde casos de Covid-19 entre os indígenas triplicou em apenas um mês⁴. O número de infectados saiu de 4.769 para mais de 13.564. O número de mortos, até o dia 13 de julho de 2020, foi de 255 índios. A ONG Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, que contabiliza os casos de pessoas que são declaradas como indígenas, que vivem tanto em aldeias, quanto em cidades, apura que são cerca de 18 mil índios contaminados e 570 óbitos.

O aumento de casos da doença em áreas indígenas revela a necessidade de reforço das ações de enfrentamento da Covid-19.

1.2.4. Anvisa estabelece controle para cloroquina:

Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA nº 405, de 22 de julho de 2020⁵ proíbe a venda sem receita em farmácias de medicamentos como cloroquina, hidroxiclороquina, nitazoxanida e ivermectina. Conforme noticiado pela Agência Brasil⁶ o objetivo da norma é impedir a compra indiscriminada de medicamentos que têm sido amplamente divulgados como potencialmente benéficos no combate à infecção pelo novo coronavírus, embora ainda não existam estudos conclusivos sobre o uso desses fármacos para o tratamento da doença.

1.3. Atividades Importantes do Ministério da Saúde:

¹<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/27/toffoli-envia-ao-plenario-do-stf-acao-contraveto-de-bolsonaro-ao-uso-obrigatorio-de-mascara.ghtml>

²<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/06/27/paises-registram-recorde-de-casos-de-coronavirus-em-24-horas-revela-johns-hopkins.ghtml>

³<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/07/29/interna-brasil,876568/covid-brasil-ultrapassa-2-5-milhoes-de-infectados-e-90-mil-mortos.shtml>

⁴<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/07/25/casos-de-covid-19-entre-os-indigenas-triplicou-em-apenas-um-mes-diz-ministerio-da-saude.ghtml>

⁵<http://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-de-diretoria-colegiada-rdc-n-405-de-22-de-julho-de-2020-268192342>

⁶<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-07/anvisa-proibe-venda-sem-receita-de-cloroquina-e-ivermectina>

1.3.1. Mais 1.615 Centros de Atendimento da COVID-19 são credenciados:

O Ministério da Saúde credenciou mais 1.615 Centros de Atendimento para enfrentamento da pandemia causada pelo coronavírus. Os Centros de Atendimento são estruturas complementares, que servem para identificação precoce dos casos, com atendimento adequado das pessoas com síndrome gripal (SG) e COVID-19 com sintomas leves, no Sistema Único de Saúde (SUS). A Portaria nº 1.797 libera R\$ 432,4 milhões, contemplando 1.302 municípios que solicitaram credenciamento para receberem custeio temporário para implantação destas unidades de saúde.

Com os novos credenciamentos, o país passa a contar com 2.422 Centros de Atendimento em 2.069 municípios, contemplando todos os estados.

Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/47246-mais-1-615-centros-de-atendimento-da-covid-19-sao-credenciados>

1.3.2. Municípios receberão até R\$ 500 milhões por desempenho nos serviços da Atenção Primária:

Diante do cenário de emergência em saúde pública decorrente da Covid-19, o Ministério da Saúde irá transferir o pagamento por desempenho aos municípios, relativos ao Previn Brasil, considerando o resultado potencial de 100% do alcance dos indicadores por equipe dos serviços da Atenção Primária à Saúde. No total, 4.472 municípios serão contemplados com a totalidade dos recursos previstos de setembro a dezembro de 2020. O valor é de aproximadamente R\$ 500 milhões.

Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/47243-municipios-receberao-ate-r-500-milhoes-por-desempenho-nos-servicos-da-atencao-primaria>

1.4. Propostas:

Conforme visto, permanece o repasse de recursos da União para os demais entes federativos. Afinal, fruto de excelente trabalho do Ministério da Saúde, os Municípios receberão até R\$ 500 milhões por desempenho nos serviços da Atenção Primária.

Assim, a ampliação do sistema SIAFI, que poderia abarcar todos os níveis da federação (SIAFI-NACIONAL), se mostra importante.

Não se desconhece o entendimento de que a verba federal repassada aos Estados passa a ser de competência deste último ente federativo. Porém, o que se está a propor é, tão somente, a possibilidade de acompanhamento da destinação dos valores. Tudo em respeito ao Postulado da Transferência.

Em resposta ao ofício n.º 044/2020/CN-COVID19, o Ministério da Saúde encaminhou o ofício nº 3907/2020/ASPAR/GM/MS, informando que:

“O Ministério da Saúde vem disponibilizando os insumos COVID-19, diretamente às Secretarias Estaduais de Saúde, após pactuação nos Conselhos estaduais/municipais de saúde. As orientações técnicas encontram-se disponíveis no sítio eletrônico do Ministério da Saúde, no link: <https://coronavirus.saude.gov.br>; A distribuição dos insumos para combate ao COVID-19 pode ser acompanhada pelo link: <https://covidinsumos.saude.gov.br/paineis/insumos/painel.php>, com a

disponibilização de informações atualizadas diariamente acerca do quantitativo, com o mapa de distribuição de todos os insumos estratégicos fornecidos a cada Estado da Federação, para o enfrentamento da pandemia relacionada a COVID-19”.

Quanto ao ofício n.º 023/2020/CN-COVID19, foi informado que o citado documento ainda se encontra tramitando no Ministério da Saúde. Foram solicitadas urgência e prioridade na resposta.

1.4.1. Vacina contra Covid-19:

Parlamentares querem medida provisória para garantir recursos para vacina contra Covid-19. Segundo integrantes da Comissão Externa da Câmara dos Deputados que acompanha as medidas de combate ao coronavírus, a Fundação Oswaldo Cruz precisa de R\$ 2 bilhões para começar, em dezembro, a produção da vacina contra a Covid-19 que está sendo desenvolvida pela Universidade de Oxford, na Inglaterra, em conjunto com a indústria farmacêutica. Os recursos serão empregados na transferência de tecnologia e na entrega de 100 milhões de doses, que devem ser produzidas até o primeiro trimestre de 2021. A Fiocruz informou que já está negociando a liberação dos recursos e que conta com o apoio dos Parlamentares para agilizar a edição de medida provisória que abra crédito extraordinário⁷.

A Fiocruz trabalha, ainda, uma vacina para a covid-19 criada apenas por pesquisadores brasileiros. O projeto tem como ponto de partida trabalhos com o Sars-CoV-1, patógeno semelhante ao novo coronavírus, e usa como base para a fórmula o vírus da gripe⁸.

Em 29 de julho de 2020 o Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Arnaldo Correia de Medeiros, anunciou que o Ministério da Saúde tem a expectativa de que até dezembro deste ano todas as etapas sejam concluídas e aprovadas para que o primeiro lote com 15,2 milhões de doses da vacina de Oxford seja aplicado na população⁹.

1.5. Conclusão:

O Ministério da Saúde tem atuado de forma exemplar no combate ao coronavírus. Como sugestão, salienta-se a necessidade de ampliação do sistema SIAFI.

Apesar da atuação destacada acima, o Tribunal de Contas da União – TCU¹⁰ no Processo n.º 014.575/2020-5, que analisa a governança do Ministério da Saúde no combate à pandemia, recomendou providências ao Ministério da Saúde para ampliar a transparência nas informações relativas à taxa de ocupação de leitos de UTI e solicitou informações a respeito da lógica das transferências fundo a fundo

⁷Fonte: Agência Câmara de Notícias: <https://www.camara.leg.br/noticias/679800-deputados-querem-medida-provisoria-para-garantir-recursos-para-vacina-contracovid-19/>

⁸https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2020/07/26/interna_ciencia_saude,875404/covid-pesquisadores-trabalham-no-desenvolvimento-de-uma-vacina-brasil.shtml

⁹<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/07/28/15-milhoes-de-brasileiros-devem-virar-o-ano-vacinados-diz-ministerio-da-saude>

¹⁰<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-avalia-a-governanca-do-ministerio-da-saude-no-combate-a-pandemia.htm>

para Estados, DF e Municípios. O atendimento aos apontamentos do TCU será de grande relevância para assegurar mais efetividade às ações de combate a COVID-19.

2. Sub- Relatoria do Sistema Financeiro de Crédito

2.1 Propostas em tramitação e comentários:

A MPV nº 975, de 2020, que institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC), sob a supervisão do Ministério da Economia foi aprovada pelo Senado no dia 29 de julho e enviada à sanção.

Demonstrando a justa preocupação com os pequenos negócios foram apresentadas pelas Senadoras Kátia Abreu e Rose de Freitas e pelos Senadores Esperidião Amin, Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato, emendas de Plenário para inclusão dos microempreendedores e das microempresas no PEAC. Estas são as empresas mais afetadas pela perda de caixa e que mais têm dificuldades de obtenção de crédito.

Apesar das emendas não terem sido atendidas no PLV 24, de 2020, oriundo da MP 975/2020, o texto advindo da Câmara foi aprovado com nosso voto favorável. O PLV criou o PEAC-Maquinhinhas, ampliando o escopo do programa inicial da MP, para tratar não só de concessão de garantia, mas também na forma de concessão de operações de crédito às micros e pequenas empresas. O programa será baseado na concessão de empréstimo garantido por cessão fiduciária de recebíveis. Com condições menos burocráticas que outros programas, mais favoráveis ao tomador e com as operações de crédito custeadas pela União, acreditamos que o programa ampliará o crédito na ponta, atendendo os pequenos negócios.

Entretanto, não é o suficiente, ainda será preciso fortalecer a garantia, ampliar os programas já existentes aos microempresários e fortalecer as instituições de microcrédito, que é quem conhece as dificuldades singulares dos pequenos.

Na última terça-feira (28/07), foi realizada reunião interna, provocada pelo Presidente desta Comissão, Senador Confúcio Moura, com a presença da Senadora Kátia Abreu e do Senador Esperidião Amin, sub-relatores das áreas relativas ao sistema financeiro e ao mercado de crédito no enfrentamento da crise do Covid-19, a fim de discutirem propostas em relação a retomada do crescimento econômico e da necessidade de continuidade do estímulo ao crédito para o período pós-pandemia, inclusive para os microempresários.

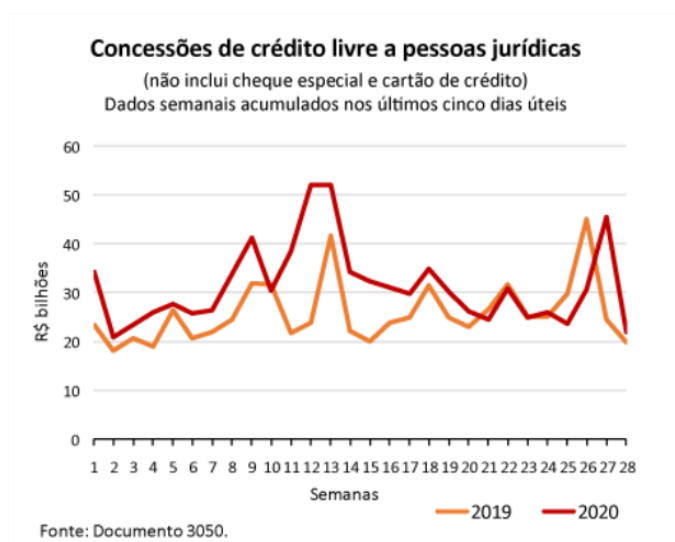
Na oportunidade, gostaríamos de salientar que na audiência pública do dia 30/07 (quinta-feira), com o Senhor Waldery Rodrigues Júnior, Secretário Especial da Fazenda, do Ministério da Economia, sobre as ações fiscais e de execução orçamentária e financeira das medidas de combate à pandemia do covid-19, também ficou demonstrada a preocupação desta Comissão em relação ao difícil período que se avizinha com o fim da pandemia, no que diz respeito à situação fiscal dos entes subnacionais. O Senador Esperidião Amin questionou se o Governo Federal avalia uma possível continuidade do auxílio aos Estados. Em resposta, o Secretário informou que o Governo acompanha o assunto com atenção.

2.2. Concessão de Crédito Livre Pessoa Física e Pessoa Jurídica:

De acordo com o BC, a concessão de crédito livre a pessoas jurídicas em 2020 manteve-se em patamares superiores ao observado no mesmo período de 2019. Assim, até a 28ª semana de 2020, ou seja, da primeira semana útil de 2020 até a semana de 6 de julho a 10 de julho, foram liberados R\$ 878,2 bilhões. Ao passo que, até a 28ª semana de 2019, foram liberados R\$ 723,2 bilhões, o que corresponde a um aumento de 21,4%. Para as pessoas físicas, até a 28ª semana de 2020, foram liberados R\$ 389,4 bilhões, ante R\$ 354,4 bilhões para o mesmo período de 2019. Um aumento de 9,8%¹¹.

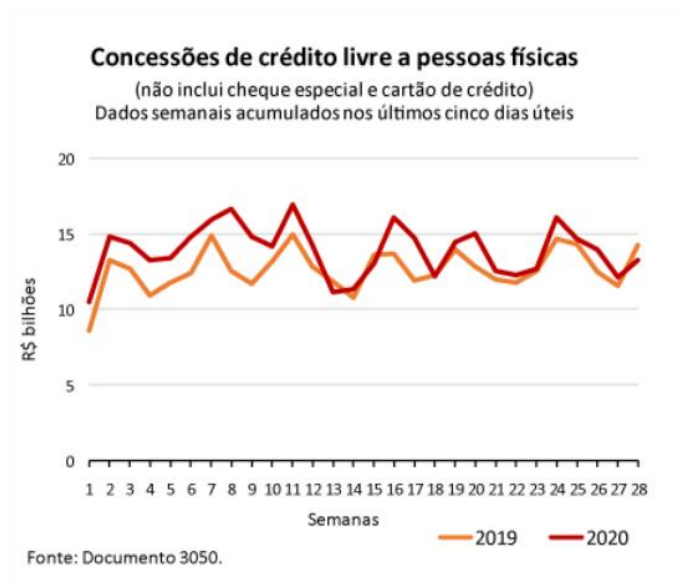
Ao todo, o crédito livre para as pessoas físicas e jurídicas até a 28ª semana de 2020 alcançou R\$ 1.267,6 bilhão, ante R\$ 1.077,6 bilhão em 2019. Um aumento de 17,65%.

Estes números sugerem que as políticas implementadas pelo Banco Central têm surtido efeito positivo sobre mercado de crédito. Em momentos de crise o crédito tende a se contrair, prejudicando as empresas que procuram recursos para continuarem suas operações. O crescimento do crédito neste período de crise demonstra que as medidas adotadas até o momento conseguiram destravar o mercado de crédito.



Semana	2019	2020
1	23,4	34,2
2	18,1	20,9
3	20,6	23,4
4	18,9	26,0
5	26,4	27,5
6	20,7	25,7
7	21,9	26,4
8	24,5	33,8
9	32,0	41,2
10	31,8	30,4
11	21,8	38,4
12	23,9	52,0
13	41,6	52,1
14	22,2	34,2
15	20,1	32,3
16	23,9	31,0
17	24,9	29,8
18	31,5	34,8
19	24,8	30,1
20	23,0	26,3
21	26,6	24,4
22	31,6	30,8
23	25,0	24,9
24	25,0	26,0
25	29,7	23,6
26	45,1	30,6
27	24,5	45,5
28	19,7	21,9

¹¹ Atualizado até 29 de julho de 2020. (www.bcb.gov.br/acessoinformacao/medidasdecombate_covid19).



CONCESSÕES SEMANAIS – PESSOAS FÍSICAS		
R\$ bilhões		
Semana	2019	2020
1	8,6	10,5
2	13,3	14,8
3	12,7	14,4
4	10,9	13,2
5	11,8	13,4
6	12,4	14,8
7	14,9	15,9
8	12,6	16,6
9	11,7	14,8
10	13,2	14,2
11	15,0	16,9
12	12,8	14,3
13	11,9	11,1
14	10,8	11,4
15	13,6	13,0
16	13,7	16,1
17	11,9	14,7
18	12,3	12,2
19	14,0	14,5
20	12,8	15,0
21	12,0	12,5
22	11,7	12,2
23	12,5	12,7
24	14,7	16,1
25	14,3	14,7
26	12,5	14,0
27	11,6	12,1
28	14,2	13,3

Contratações por Porte de Empresas e de Instituições Financeiras

O quadro abaixo mostra que as novas concessões têm sido ofertadas por todos os tipos de instituições, desde o segmento S1 (grandes bancos) até S4/S5 (pequenas instituições, incluindo cooperativas de crédito), e que o crédito tem chegado às empresas de todos os portes, bem como às pessoas físicas.

Dados acumulados de 16/03 a 17/07/2020

Conglomerados	Novas contratações				Renovações				Prorrogações à luz das novas normas		
	Corporate	Middle	MPE	PF (1)	Corporate	Middle	MPE	PF (1)	Contratos	Valor das Operações	Valor Parcelas
S1	269.875	55.800	69.101	173.638	89.917	35.851	34.769	101.902	10.990.319	545.840	71.546
S2	46.958	7.794	1.524	18.891	4.689	460	94	212	1.136.637	153.123	11.029
S3	45.443	15.502	3.609	25.539	12.637	2.505	1.239	6.569	221.290	22.292	7.279
S4	11.675	9.278	2.037	6.941	1.913	3.318	217	3.548	160.459	11.998	3.919
Cooperativas	2.125	12.766	16.530	27.296	647	2.308	2.491	3.360	785.358	30.102	5.310
Totais	376.077	101.141	92.801	252.306	109.803	44.442	38.810	115.591	13.294.063	763.355	99.083

(1) PF refere-se aos produtos: Consignado, Veículos, Crédito Imobiliário, Crédito Pessoal e Crédito Rural.

2.3. Concessão de Crédito dos Programas Emergenciais:

O Portal do Empreendedor do Governo (<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/temas/credito>) apresenta o quanto foi emprestado nos diversos programas emergenciais para prover crédito subsidiado durante a pandemia.

BNDES/FGI (até 29/7)

Valor Contratado (R\$)	Quantidade de Contratos
1.262.600.000,00	774

FAMPE/SEBRAE (até 29/07)

Valor Contratado (R\$)	Quantidade de Contratos
1.844.864.670,26	23.315

Ao contrário dos programas do BNDES e do Fampe, o Programa Nacional de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Pronampe) e o Programa Emergencial de Suporte ao Emprego (PESE) são programas de crédito com recursos adicionais do Tesouro Nacional. Os programas são precipuamente direcionados para micros e pequenas empresas ou empresas de médio porte de até R\$ 10 milhões, como é o caso do PESE, ou de até R\$ 300 milhões, como é o caso do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC) do BNDES FGI.

PRONAMPE/FGO (até 29/7)

Valor Contratado (R\$)	Quantidade de Contratos
18.060.203.666,59	212.054

PESE (até 29/07)

Faixa de número de empregados	Número de Empresas	Número de Empregados	Valor Financiado (R\$)
de 0 a 9	50.283	272.734	640.731.933,87
de 10 a 29	46.355	769.991	1.802.936.376,29
de 30 a 59	12.272	494.676	1.129.137.180,72
de 60 a 99	3.178	237.462	517.551.315,22
acima de 100	1.295	207.670	438.482.252,31
Total Geral	113.383	1.982.533	4.528.839.058,41

* Posição de 30/06/2020.

Informações detalhadas podem ser obtidas em <https://www.bcb.gov.br/app/pese/>.

PEAC - BNDES FGI (até 29/07)

Estão habilitadas 24 instituições financeiras para operarem o PEAC, mas os dados com o número de contratos, valores contratados e as respectivas instituições financeiras não estão disponíveis no site do BNDES, até esta data.

De acordo com o Portal do Empreendedor, até 29/7, os programas emergenciais emprestaram R\$ 25,70 bilhões, com 352 mil contratos efetivados.

3. Sub-Relatoria do Ministério da Economia

3.1 Valores Autorizados e Execução Financeira:

No orçamento da União, as despesas autorizadas para o combate à Covid-19 alcançaram R\$ 509,6 bilhões em 27/7/2020, com pagamentos acumulados de R\$ 285,7 bilhões (56,1% do autorizado), conforme retratado na Tabela 1 adiante, que informa os valores mensais acumulados por tipo de crédito.

Tabela 1 – Autorizações e execução financeira acumulada por tipo de crédito

R\$ milhões						
TIPO DE CRÉDITO	FEV/2020	MAR/2020	ABR/2020	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020*
Créditos Extraordinários						
Dotação	11,3	8.530,7	252.839,5	319.191,8	404.170,5	509.278,9
Pago	0,1	1.038,4	60.441,9	113.793,8	210.978,1	285.619,8
% Execução	1,2%	12,2%	23,9%	35,7%	52,2%	56,1%
Créditos Iniciais						
Dotação	0,0	0,0	194,3	253,6	327,5	351,2
Pago	0,0	0,0	2,0	8,0	23,7	52,6
% Execução	0,0%	0,0%	1,0%	3,2%	7,2%	15,0%
Total						
Dotação	11,3	8.530,7	253.033,8	319.445,5	404.498,0	509.630,0
Pago	0,1	1.038,4	60.443,8	113.801,8	211.001,8	285.672,4
% Execução	1,2%	12,2%	23,9%	35,6%	52,2%	56,1%

* Data da última extração do SIAFI: 27/7/2020

A Tabela 2, a seguir, detalha a execução financeira dos créditos extraordinários em nível de ações. Merece destaque, nesse caso, o fato de que o Auxílio Emergencial de Proteção Social a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade (ação 00S4) já conta com R\$ 254,2 bilhões autorizados, dos quais R\$ 166,9 bilhões (65,6%) haviam sido pagos até 27/7/2020.

Tabela 2 - Execução das ações abertas por créditos extraordinários

Ações orçamentárias	R\$ milhões		
	Autorizado	Pago	% Executado
00S4 - Auxílio Emergencial de Proteção Social a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	254.240,0	166.872,1	65,6%
00S7 - Auxílio Financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios	60.189,5	30.074,5	50,0%
21C2 - Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	51.641,6	17.887,7	34,6%
21C0 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública	44.785,8	21.358,7	47,7%
00S5 - Concessão de Financiamentos para o Pagamento da Folha Salarial / PESE	34.000,0	17.000,0	50,0%
00ED - Integralização de cotas do FGI / Programa Emergencial de Acesso a Crédito	20.000,0	5.000,0	25,0%
00S3 - Auxílio Financeiro para Compensação dos Fundos de Participação	16.000,0	9.864,3	61,7%
00EE - Integralização de cotas no Fundo Garantidor de Operações (FGO) / Pronampe	15.900,0	15.900,0	100,0%
0454 - Financiamento da Infraestrutura Turística Nacional	5.000,0	388,5	7,8%
8442 - Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza	3.037,6	369,3	12,2%
00S8 - Auxílio Financeiro ao Setor Cultural	3.000,0	0,0	0,0%
00NY - Transferência de Recursos para a Conta de Desenvolvimento Energético	900,0	900,0	100,0%
20TP - Ativos Cíveis da União	320,1	4,7	1,5%
00S9 - Auxílio Emergencial às Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPIs	160,0	0,0	0,0%
2E89 - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde	43,1	0,0	0,0%
2E90 - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial	23,0	0,0	0,0%
212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais	20,0	0,0	0,0%
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	18,1	0,0	0,0%
Total	509.278,9	285.619,8	56,1%

* Data da última extração do SIAFI: 27/7/2020